



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2024

Fundo Municipal de Saúde de Inhumas

Dispõe sobre o Edital de Chamamento Público nº **009/2024** - FMS, para credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde aptas à prestação de serviços na área de Saúde, em atendimento de cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, para atender a demanda da população atendida pelo SUS no Município de Inhumas/GO, objeto de Emenda Parlamentar Estadual, Processo nº **202200010002574**, nos termos que se seguem:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na **Rua 23, Qd B, Vila São José, Inhumas-GO, CEP: 75.402-709, inscrito no CNPJ sob nº 07.222.467/0001-25**, neste ato representado, por sua gestora interina **Adriana Dias do Carmo Machado**, inscrita no CPF nº **011.865.431-40**, podendo ser encontrada na sede da Secretaria Municipal de Saúde, nesta Cidade, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e na Resolução Normativa nº 0001/17, do Tribunal de Contas dos Municípios, e demais legislações pertinentes, dos princípios constitucionais que regem os atos da Administração Pública e do presente edital, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que a partir de **25 de março (25/03/2024)**, estará aberto o **CHAMAMENTO PÚBLICO** para credenciamento de empresas de saúde aptas à prestação de serviços na área de Saúde, em atendimento de Cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) junto à Rede Municipal de Saúde de Inhumas/GO, com recurso decorrente de Emenda Parlamentar Estadual, Processo nº **202200010002574**, nos termos constantes neste Edital.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. As interessadas a realizarem serviços complementares junto à Rede Municipal de Saúde, deverão protocolar toda a documentação necessária e descrita neste Edital, na sede da Prefeitura Municipal de Inhumas, no Departamento de Protocolo, sediada Av.



Wilson Quirino de Andrade, n.º 450, Bairro Anhanguera, Inhuma- GO, CEP n.º 75400-000, no horário compreendido entre 07h até 11h e de 13h as 17h, de segunda a sexta-feira.

- 1.2. O presente Edital terá validade até **31 de dezembro de 2024**, a partir da publicação do Aviso de Chamamento Público no Diário Oficial do Estado de Goiás (D.O.E./GO), Jornal de Grande Circulação no Estado de Goiás (DM/GO) e no Placar da Prefeitura Municipal de Inhuma/GO, consoante I.N 008/2023 do TCMGO.
- 1.3. Os serviços a serem contratados referem-se a uma base territorial populacional, e estão sendo ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se à demanda interna do Fundo Municipal de Saúde de Inhuma-FMS, sempre adstrita à necessidade pública e com a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários.
- 1.4. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Inhuma, através do link <http://gestaopublica.inhumas.bsit-br.com.br/portal/bidding-transparency.jsf?e=>

2. DO OBJETO:

- 2.1. Constitui objeto do presente edital de chamamento público o credenciamento de empresas de saúde aptas à prestação de serviços na área de Saúde, em atendimento de Cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) junto à Rede Municipal de Saúde de Inhuma/GO, com **recurso remanescente** decorrente de Emenda Parlamentar Estadual, Processo nº **202200010002574**, interessadas para início de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e que atendam às condições estabelecidas neste instrumento.
- 2.2. Os serviços descritos neste Edital deverão ser realizados pelas intuições contratadas, nas suas respectivas dependências, de acordo com as determinações da Secretaria Municipal de Saúde de Inhuma e demais atos normativos do Ministério da Saúde, bem como o previsto no instrumento contratual.
- 2.3. A execução dos serviços a serem contratados deverá incluir pessoal técnico habilitado, preparos, substâncias químicas, equipamentos, suprimentos de qualquer espécie e instalações físicas necessárias para sua realização, conforme descrição no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), salvo disposição em contrário.



- 2.4. As cirurgias descritas neste Edital serão conforme a necessidade da demandante, definidas em metas estabelecidas pela Administração, sempre em atendimento a necessidade e interesse dos serviços de saúde, conforme disponibilizado no Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Poderá participar deste procedimento de Chamamento Público qualquer instituição privada com ou sem fins lucrativos do ramo de atividade pertinente ao objeto deste Edital, que preste o serviço de forma direta no Município de Inhumas/GO em atendimento às pactuações dispostas, considerando que o transporte dos pacientes será realizado pelo FMS e para as localidades citadas já existe rotina de transporte, desde que satisfaça as exigências deste instrumento convocatório e seus anexos.
- 3.2. As instituições interessadas deverão estar inscritas no SCNES, sendo que o referido cadastro deve estar devidamente atualizado e compatível com o objeto deste instrumento.
- 3.3. A inscrição implica na manifestação de interesse da pessoa jurídica da área de saúde em participar do processo de credenciamento junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Inhumas/GO e na aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no Edital, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pela Administração do Fundo Municipal de Saúde do Município de Inhumas/GO.
- 3.4. Para habilitarem-se ao credenciamento, as interessadas e/ou seus procuradores deverão apresentar toda documentação exigida, mediante abertura de processo administrativo, a ser protocolado no Protocolo da Prefeitura Municipal de Inhumas, em envelope devidamente lacrado, **com nome e CNPJ da empresa, em condições legíveis de reconhecimento e em plena validade.**
- 3.5. As interessadas em participar do Chamamento Público deverão apresentar, em ato único, toda a documentação relacionada no **item 4** deste Edital, não sendo admitida a entrega de documentos em etapas, observado os dias e horários de expediente municipal.
- 3.6. As interessadas deverão arcar integralmente com os custos de preparação e apresentação da documentação, independente do resultado do Chamamento Público.

3.6.1. Não poderão participar as pessoas jurídicas:



- Que estejam em situação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- Constituídas na forma de sociedade estrangeira, que não se enquadrem no disposto no artigo 9º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, de forma direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município;
- Que estejam temporariamente suspensas de contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal;
- Que tenham proprietários, administradores e dirigentes que exercem cargos de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme disposto no artigo 26, § 4º, da Lei Federal nº 8.080/1990, e artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que sejam constituídas como Consórcios Intermunicipais de Saúde, por integrarem a Administração Pública Indireta de todos os entes da Federação consorciados, não podendo ofertar serviços ao SUS, em regime complementar, devido a sua formatação;
- Que incorram em outros impedimentos previstos em lei.

3.7. A Comissão de Chamamento Público poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.9. Caso conste a existência de ocorrência impeditiva em relação ao sócio, a Comissão deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas

3.10. Caso conste a existência de ocorrência impeditiva em relação ao sócio, a Comissão deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.



- 3.11. A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 3.12. A interessada será convocada para manifestação previamente ao indeferimento de seu credenciamento.
- 3.13. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Chamamento Público decidirá pelo indeferimento do credenciamento.
- 3.14. A documentação apresentada deverá satisfazer as exigências e condições constantes neste Edital.

4. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

4.1 A habilitação das interessadas observará o disposto nos artigos 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021 e os documentos pertinentes exigidos na forma deste Edital.

4.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.3 A documentação relativa à **habilitação jurídica**, conforme o caso, consistirá em:

➤ **Documento que comprove a natureza jurídica da empresa e seu objetivo social, nos termos da lei pertinente:**

- **QUANDO FUNDAÇÃO:** Estatuto em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **QUANDO SOCIEDADE COMERCIAL:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- **QUANDO SOCIEDADE POR AÇÕES OU SOCIEDADE ANÔNIMA, OU COMPANHIA:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **QUANDO SOCIEDADE CIVIL OU ASSOCIAÇÕES PRIVADAS:** Estatuto em vigor e/ou Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **QUANDO EMPRESA INDIVIDUAL:** Registro comercial;
- **QUANDO EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS:** Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



- Dados pessoais dos membros da diretoria: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, número da cédula de identidade (CI) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), quando for o caso;
- Documento de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal;
- Alvará de Funcionamento do estabelecimento, dentro do prazo de validade.

➤ **Para a comprovação da qualificação técnica os interessados deverão apresentar:**

- Cópia autenticada do registro do estabelecimento no Conselho Regional de Classe, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº 6.839/1980, dentro do prazo de validade;
- Comprovante/Ficha de inscrição do estabelecimento no SCNES devidamente atualizado;
- Documento de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) responsável(eis) técnico(s);
- Comprovação de habilitação legal específica do(s) responsável(eis) técnico(s) no(s) respectivo(s) Conselho(s) Federal(is) e/ou Conselho(s) Regional(is);
- Alvará de Fiscalização da Vigilância Sanitária estadual ou municipal, dentro do prazo de validade.

➤ **Para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda atualizado;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio, assim como a do Município de Inhumas, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos Negativos de Débitos;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de FGTS (CRF), dentro do prazo de validade;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dentro do prazo de validade.



- 4.4. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista poderá ser efetuada mediante apresentação das competentes **certidões positivas com efeitos de negativas**.
- 4.5. Em se tratando de serviços que necessitem de habilitação prévia pelo Ministério da Saúde ou habilitação estadual, as interessadas deverão apresentar as Portarias Ministeriais ou Resoluções que as autorizam a executar os serviços a serem contratados, conforme disposto na tabela do **Anexo II** deste Edital.
- 4.6. Todas as interessadas deverão apresentar as seguintes declarações, em documento original, em papel timbrado, assinado a próprio punho, contendo os dados da participante ou com carimbo do prestador:
- Declaração de que a instituição não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital;
 - Declaração de que a instituição está de acordo com os preços estabelecidos pela Administração Pública, bem como com as normas de prestação de serviços no SUS e com as regras de pactuação dos fluxos assistenciais, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital;
 - Declaração de que o(s) proprietário(s) e/ou diretor(s) e/ou provedor(s) do estabelecimento a ser contratado não pertence(m) ao quadro de servidores públicos do Município de Inhumas ou de seus órgãos vinculados, e nem exerce(m) cargo de chefia ou função de confiança no SUS federal, estadual ou municipal (artigo 26, § 4º da Lei nº 8.080/1990), conforme modelo constante no **Anexo VI** deste Edital;
- 4.7. Serão declaradas inabilitadas as interessadas que deixarem de apresentar qualquer documentação obrigatória acima exigida ou deixarem de cumprir quaisquer critérios exigidos para a habilitação.
- 4.8. As instituições filantrópicas e as sem fins lucrativos que não apresentarem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, não serão inabilitadas por esta razão, mas deixarão de ter preferência na contratação com o SUS, e concorrerão em igualdade de condições com as instituições privadas lucrativas, caso não cumpram os requisitos fixados na legislação vigente.
- 4.9. As interessadas deverão apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, proposta contendo a descrição/quantitativo máximo que poderá atender referente



aos serviços SUS (no limite dos valores previstos na tabela do **Anexo II**), de acordo com a sua capacidade física e operacional (modelo - **Anexo III**).

- 4.10. A veracidade das informações contidas nas documentações apresentadas é de responsabilidade exclusiva do proponente.
- 4.11. Os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á como sendo de 60 (sessenta) dias a sua validade, contados da data de sua emissão.
- 4.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, ou Empresa de Pequeno Porte, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão de Chamamento Público, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.
- 4.13. Caso a interessada seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deverá fazer prova, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.
- 4.13. As interessadas ficam responsáveis por manter atualizados todos os documentos entregues no credenciamento e apresentá-los ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado, sob pena de anulação do credenciamento e, conseqüentemente, a contratação do(a) próximo credenciado(a) da mesma especialidade/serviços.
- 4.14. Serão declarados inabilitados os interessados que deixarem de apresentar qualquer documentação obrigatória acima exigida ou deixarem de cumprir quaisquer critérios exigidos para a habilitação.

5. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

- 5.1. O processo de credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação do Aviso de Chamamento Público no Diário Oficial do Estado de Goiás (D.O.E./GO), Jornal de Grande Circulação no Estado de Goiás (DM/GO) e no Placar da Prefeitura Municipal de Inhumas/GO, devendo ser observada a data designada para início do recebimento da documentação das interessadas.
- 5.2. As interessadas deverão entregar a partir do dia **25 de março de 2024 (25/03/2024)**, toda a documentação de habilitação descrita no **item 4**, em envelope lacrado, as páginas numeradas em ordem crescente, com descrição externa (conforme modelo de etiqueta abaixo), no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Inhumas, no endereço situado na Avenida Wilson Quirino de Andrade, n.º 450, Bairro Anhanguera, Inhumas-GO, CEP n.º 75.407-530, no horário de 07h às 11h e das 13h às 17h.



Ref: Edital de Chamamento Público nº 009/2024- FMS -

Objeto: Credenciamento de empresas de saúde aptas à Prestação de serviços na área de Saúde, em atendimentos de Cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, visando atender aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) junto à Rede Municipal de Saúde de Inhumas/GO, com recurso decorrente de Emenda Parlamentar Estadual, Processo nº 202200010002574. Razão ou de Denominação Social da Interessada:

_____ CNPJ nº: _____.

5.3 Por opção da interessada, a documentação exigida poderá ser enviada via Correios, correspondência registrada, com Aviso de Recebimento - AR e/ou Sedex. **Nesse caso, o prazo contará a partir do recebimento na sede municipal.**

5.4 No ato de entrega da documentação, a interessada receberá o protocolo atestando a entrega do envelope devidamente lacrado. O referido atesto não certificará que a documentação está completa e condizente com os preceitos estabelecidos nesse Edital, ficando condicionada à efetiva análise da Comissão de Chamamento Público - CCP, no momento da abertura dos envelopes em sessão pública.

6 DA SESSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO:

6.3 A Comissão de Chamamento Público - CCP, com competência para receber, examinar e julgar todos os documentos e serviços relativos ao Chamamento Público, deverá ser composta por no mínimo 3 (três) servidores vinculados a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de Inhumas/GO.

6.4 No ato de Chamamento Público, quando não comparecerem interessados, ou quando todos forem inabilitados, a CCP concederá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data da sessão, para apresentação de nova documentação. A nova sessão deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo acima mencionado.

6.5 Ao receber a documentação, a CCP fará registro da documentação entregue pelas interessadas, através da Declaração da Comissão de Chamamento Público (**Anexo VII**) e permitindo vistas ao requerente. Todos os documentos, inclusive a declaração, deverão ser rubricados por todos os membros da CCP, bem como pelos representantes das instituições presentes na sessão pública que assim o quiserem.

6.6 A CCP julgará a aptidão das instituições interessadas mediante comprovação de



apresentação de toda a documentação solicitada no **item 4**, sendo que, para a análise da validade destes, será considerada a data da entrega da documentação (item 5.2), no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Inhumas/GO.

6.7 A CCP habilitará TODAS as instituições que apresentarem, impreterivelmente, toda a documentação, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.8 É facultada à CCP ou Autoridade Superior, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

7 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

7.1 Será facultada a interposição de recurso pelas participantes desse Chamamento Público, nas seguintes etapas:

- Habilitação ou inabilitação da instituição, no que se refere à documentação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial;
- Distribuição dos serviços a serem contratados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação oficial, emitida pela CCP, sobre o resultado da divisão realizada.

7.2 O recurso deverá ser dirigido à CCP, entregue e protocolado diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Inhumas, em dia útil, no horário de 7h às 11h e 13h às 17h, ou encaminhado por via postal (correspondência com aviso de recebimento) dentro do prazo acima mencionado.

7.3 Interposto, o recurso deverá ser comunicado, oficialmente, pela CCP às demais participantes de cada etapa elencada no item 9.1, no prazo de 2 (dois) dias úteis, as quais poderão se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação.

7.4 Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios, sendo rejeitados, liminarmente, os recursos interpostos por via fax ou e-mail, ou fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital.

7.5 A CCP avaliará o recurso em até 05 (cinco) dias úteis, podendo reconsiderar seus atos, se assim julgar pertinente, ou submeter o recurso à Autoridade Superior, caso mantenha sua decisão inicial. Nesse último caso, a decisão final deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.



8 DO RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO:

8.1 Após finalização de todas as etapas acima elencadas, o resultado final deste Chamamento Público será publicado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, por meio do Placar da Prefeitura Municipal de Inhumas, bem como disponibilizado no site oficial, constando:

- a relação das instituições habilitadas e inabilitadas;
- a relação das instituições que serão contratadas, com os respectivos valores globais estimados a serem previstos em contrato.

9 DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Posteriormente à publicação referida no item acima, serão instruídos autos de contratação, sendo um para cada instituição a ser contratada, os quais serão submetidos à análise técnica e jurídica, antes da assinatura do contrato, a fim de ser promovida maior segurança dos atos.

9.2 A Administração Pública não se obriga a contratar todos os serviços ofertados pela instituição, devendo considerar a quantidade necessária para atender a demanda especificada e a disponibilidade orçamentária e financeira.

9.3 O Termo de Contrato utilizado, no caso deste Edital, considerará o enquadramento da instituição a ser contratada ao disposto nas diretrizes de contratação de estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e normativas vigentes.

9.4 O termo de contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, devendo toda a documentação estar regular e válida, conforme exigido nos termos deste Edital, sob pena de decair o direito à contratação.

9.5 A recusa injustificada do prestador em assinar o Contrato dentro do prazo previsto caracteriza desistência da referida contratação, podendo o recurso financeiro previsto no contrato ser redistribuído a outros prestadores habilitados neste Chamamento Público ou ainda ser objeto de outro certame.

9.6 A contratada para prestação dos serviços compreendidos no objeto deste Edital deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todos os requisitos e condições exigidas para habilitação, compreendendo a regularidade de suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias, bem como sua situação junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, podendo ser vistoriada por representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Inhumas/GO a qualquer momento, sem aviso prévio.



9.7 Durante a vistoria técnica, além da comprovação da veracidade das informações prestadas pela instituição no processo de habilitação, poderão ser analisados os itens descritos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), a fim de se validar tais informações.

9.8 A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada. Salvo autorizado formalmente pela contratante.

10 DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

10.1 As contratadas serão remuneradas na equivalência de cada serviço realizado após a verificação e certificação das cirurgias realizadas, obedecido ao teto unitário máximo previsto e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde através da **Resolução nº 014/2023 de 12 de junho de 2023** e informado no Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital;

10.2 Os preços das cirurgias/serviços objeto deste credenciamento são os expressos em tabela e submetida à apreciação do Conselho Municipal de Saúde, e seguem referenciais oficiais do Sistema Único de Saúde, podendo haver a fixação de outros valores desde que amparados em justificativa técnica e/ou econômica, bem como em pesquisa de mercado e amplamente divulgados;

10.3 Em caso de prorrogação do contrato, os valores somente poderão ser reajustados caso haja aprovação de novos valores vinculados a tabela e mediante a aprovação de Resolução pelo Conselho Municipal de Saúde, nos termos da IN nº 008/2023 do TCM/GO;

10.4 Os valores contratados poderão ser revistos via termo aditivo mediante alteração da tabela de cirurgias pelo Conselho Municipal de Saúde;

10.5 O Faturamento será realizado mensalmente, devendo as faturas serem encerradas até o dia 30 (trinta) de cada mês e repassadas ao setor competente do Fundo Municipal de Saúde junto com documentos que comprovem a execução dos serviços e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, sob pena de serem consideradas como mês seguinte.

10.6 O pagamento será feito via ordem bancária, creditado na instituição bancária eleita pela contratada, que deverá indicar o número de conta e banco no Nota Fiscal emitida mensalmente e enviada ao setor de Transparência e Demandas Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde de Inhumas/GO.



- 10.7 Sobre o valor do crédito previsto a ser pago, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.
- 10.8 Qualquer erro ou omissão ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou de documentos pertinentes será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 10.9 O pagamento de serviços indevidos, impróprios ou rejeitados, será debitado pela contratada na fatura do mês seguinte.
- 10.10 As instituições contratadas ficam obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o disposto no artigo 125, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 11.1 Os contratos firmados com as instituições devidamente habilitadas terão vigência até **31 de dezembro de 2024 (31/12/2024)** e poderão ser prorrogados, mediante concordância das partes e interesse público, conforme previsto no art. 105 a 107 da Lei nº 14.133/21.
- 11.2 A eficácia do instrumento contratual dar-se-á a partir de sua publicação, pela Imprensa Oficial, podendo este ser alterado por meio de Termo Aditivo, devidamente motivado, e desde que não seja alterado o seu objeto

12 DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS:

- 12.1 Caberá às instituições contratadas o cumprimento das responsabilidades estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federais, estaduais e municipais que regem o presente Edital, bem como o cumprimento das obrigações constantes no contrato e seus respectivos anexos.

13 DAS PENALIDADES:

- 13.1 As instituições contratadas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos art. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 160, da referida lei, observadas as disposições e sanções contratuais.



- 13.2 A imposição das sanções acima previstas, não exclui a possibilidade de aplicação de medidas corretivas e penalidades por órgãos de controle interno, considerada a avaliação do caso concreto na situação e circunstância objetivas.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 14.1 Preservado o devido processo legal, por meio da ampla defesa e contraditório, fica reservada ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS - FMS a faculdade de revogar, no todo ou em parte, para atender a interesse público, ou de anular o presente Chamamento Público em razão de vício de legalidade.
- 14.2 A interessada reconhece as prerrogativas e a autoridade normativa da direção nacional do SUS, bem como a auditoria de seus órgãos gestores, decorrentes da Lei nº 8.080/1990, comprometendo-se a aceitar eventuais aditamentos que vierem a ser impostos por alterações das normas do Ministério da Saúde.
- 14.3 Os casos omissos serão decididos em observância às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normativas.
- 14.4 As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor do interesse público;
- 14.5 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão de Chamamento Público.
- 14.6 Qualquer instituição interessada na participação do certame poderá impugnar o presente Edital até o 2º (segundo) dia útil que antecede a sessão de Chamamento Público, sendo que a impugnação não suspenderá a realização da referida sessão, bem como não impedirá a impugnante de participar do certame.
- 14.7 O pedido de impugnação deve ser protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Inhumas, ou encaminhado por via postal (correspondência com aviso de recebimento-AR) dentro dos prazos mencionados neste edital.
- 14.8 O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município de Inhumas/GO, devendo ser datado e assinado pela autoridade que o expedir, podendo ocorrer habilitação de interessados em momento posterior, conforme republicação, e desde que atendidos todos os requisitos deste Edital.
- 14.9 Caberá às interessadas o acompanhamento das informações e dos resultados no site <https://inhumas.go.gov.br/>, no Placar da Prefeitura Municipal de Inhumas e nos meios legais.



14.10 São partes integrantes deste Edital:

- a. **ANEXO I** - Termo de Referência;
- b. **ANEXO II** - Relação de Serviços a serem ofertados;
- c. **ANEXO III** - Requerimento para Credenciamento - Pessoa Jurídica;
- d. **ANEXO IV** - Declaração de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- e. **ANEXO V** - Declaração de Concordância com os preços estabelecidos;
- f. **ANEXO VI** - Declaração de inexistência de vínculo com servidores públicos do Município de Inhumas/GO e não exercício de cargo de chefia ou função de confiança no SUS;
- g. **ANEXO VII** - Declaração da Comissão de Chamamento Público
- h. **ANEXO VIII** - Minuta do Contrato de Credenciamento.

15. DO FORO:

- 1. Fica eleito o foro da Comarca de Inhumas, do Estado de Goiás, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Edital, quando não solucionadas administrativamente, pelas partes.

Inhumas, 18 de março de 2024.

ADRIANA DIAS DO CARMO MACHADO

Secretária Municipal de Saúde Interina



ANEXO II

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE	VALOR TABELA SUS	COMPLEMENTO	VALOR UNITARIO	TOTAL:
ADENO + AMIGDALA	40	R\$ 337,22	R\$ 1.517,49	R\$ 1.854,71	R\$ 74.188,40
ADENOIDECTOMIA	10	R\$ 348,18	R\$ 1.566,81	R\$ 1.914,99	R\$ 19.149,90
AMIGDALECTOMIA	15	R\$ 306,57	R\$ 1.379,56	R\$ 1.686,13	R\$ 25.291,95
VARIZES	36	R\$ 883,48	R\$ 1.666,96	R\$2.550,44	R\$ 91.815,84
					R\$ 210.446,12

Digitally Signed by ADRIANA DIAS DO CARMO MACHADO:01186543140-AC SyngularID Multipla
Date: 18/03/2024 10:47:30
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 16 de 31



ANEXO III

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - PESSOA JURÍDICA

Ref: Chamamento Público nº **009/2024** - Fundo Municipal de Saúde de Inhumas/GO.

_____(Nome do estabelecimento),
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
sediada na _____, município
de _____, vem por seu representante legal, _____
(nome) inscrito no CPF sob o n.º _____ apresentar seu interesse em
participar do procedimento de Chamamento Público nº 009/2024, junto à Secretaria de Saúde
de Inhumas/GO para a prestação dos serviços abaixo arrolados, com o respectivo quantitativo
máximo de que dispomos:

ITENS:	QUANTITATIVO:	VALOR UNITARIO:
ADENO + AMIGDALA		R\$ 1.854,71
ADENOIDECTOMIA		R\$ 1.914,99
AMIGDALECTOMIA		R\$ 1.686,13
VARIZES		R\$ 2.550,44

_____ (local), _____ de _____ de 2024.

Assinatura do (a) Responsável Legal



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS

Ref: Chamamento Público nº **009/2024**.

Declaro, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 009/2024 - FMS, que a (o) _____ (razão social da instituição interessada) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999).

_____ (local), _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável Legal



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONCORDANCIA COM OS PREÇOS ESTABELECIDOS

Ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS

Ref: Chamamento Publico n.º 009/2024 – FMS

Declaro, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 009/2024 - FMS, que a(o) _____ (razão social da instituição interessada) está de acordo com os preços estabelecidos pela Administração Pública e com as normas de prestação de serviço no SUS, bem como com as regras de pactuação dos fluxos assistenciais.

_____ (local), _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INHUMAS E NÃO EXERCÍCIO DE CARGO DE CHEFIA OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA NO SUS.

Ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS

Ref: Chamamento Publico n.º 009/2024 - FMS.

Declaro, para fins de participação no processo de Chamamento Público referente ao Edital de nº 009/2024 - FMS, que o(s) proprietário(s) e/ou diretor(es) e/ou provedor(es) do(a) _____ (razão social da instituição interessada), não pertence(m) ao quadro de servidores públicos do MUNICÍPIO DE INHUMAS/GO ou de seus órgãos vinculados (artigo 9º da Lei nº 14.133/2021), e nem exerce(m) cargo de chefia ou função de confiança no SUS (artigo 26, § 4º da Lei 8.080/1990).

_____ (local), _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Em conferência a documentação presente nos autos do processo administrativo n.º _____/2024, a Comissão de Chamamento Público instituída pela Portaria Municipal n.º 138/2024, verificou-se que:

() regularidade da documentação perante o Edital de Credenciamento 009/2024. Dessa forma, o (a) CREDENCIADO (a) está apto (a) a figurar como prestador (a) de serviço no Município de Inhumas. Informo que o (a) CONTRATADO (a) é o (a) () da lista de chamamento, considerando o número de vagas disponíveis no momento e a ordem cronológica de protocolo.

() irregularidade da documentação apresentada perante o Edital de Credenciamento n.º 009/2024, em razão _____.

Dessa forma, **DECLARAMOS** que o (a) candidato a vaga solicitada não está apto (a) a figurar como credenciado (a) no Município de Inhumas. Em consequência, **NOTIFICAMOS** o (a) interessado via telefone declarado na solicitação de credenciamento, no dia ____ de _____ de 2024.

RAMON HENRIQUE

VITOR LOPES

KELLY ARAÚJO



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO Nº XXX/2024

EDITAL XXXX/2024 - CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS –FMS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 23, 1-89, Qd B, Vila São José, Inhumas-GO, CEP: 75.407-530, inscrito no CNPJ sob nº 07.222.467/0001-25, neste ato representado, por sua gestora interina Adriana Dias do Carmo Machado, inscrita no CPF 011.865.431-40, podendo ser encontrada na sede da Secretaria Municipal de Saúde, nesta Cidade, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, instrumento doravante denominado CREDENCIANTE, e de outro lado, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX-GO, CEP: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada(o) por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, médica, portadora(a) da carteira profissional XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no RG XXXXXXXXXXXX e portador(a) do CPF XXXXXXXXXXXX, neste ato denominado (a) CREDENCIADO, com amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução Normativa nº 0001/17, do Tribunal de Contas dos Municípios, convencionam a prestação de serviços por credenciamento nas condições definidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- I. O presente instrumento tem por objeto a contratação de _____ a serem prestados pelo(a) CONTRATADO(A), visando a garantia da atenção integral à saúde dos usuários, em conformidade com o disposto a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO

- I. O(A) CONTRATADO(A) deverá atender os pacientes com elevado padrão de eficiência



e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e da ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmos padrões conforme dispensados aos demais pacientes, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação.

- II. Dado à delicadeza dos serviços a serem prestados e executados, o(a) CONTRATADO(A) não prestando os atendimentos, dentro do período determinado pela coordenação responsável, não terá direito ao recebimento das **cirurgias** e, ainda, poderá ter seu contrato de credenciamento cancelado unilateralmente pela CONTRATANTE.
- III. O(A) CONTRATADO(A) não fará jus a concessão de parcelas remuneratórias ou indenizações destinadas aos servidores do quadro permanente, limitando-se as contraprestações pelos serviços estritamente ao divulgado no Edital de Chamamento.
- IV. As ações e serviços de saúde ora contratados devem observar os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- I. Estima-se para a execução do presente contrato a importância anual de até R\$ XXXX,XX (XXXXXXXXXXXX), sendo que os pagamentos mensais pelos serviços efetivamente prestados poderão oscilar conforme o resultado apurado da verificação do cumprimento das cirurgias.
- II. A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura deve ocorrer até o 30º (trigésimo) dia de cada mês, sendo esta a data base dos contratos de prestação de serviços, objeto do presente credenciamento, acompanhadas dos documentos comprobatórios dos serviços e de certidões de regularidade fiscal e trabalhista do(a) CONTRATADO(A).
- III. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, conforme o caso, motivadas por erros ou incorreções, o prazo estipulado para o pagamento passará a ser contado a partir da data de sua regularização e reapresentação.
- IV. O(a) CONTRATANTE pagará os serviços efetivamente executados pelo(a) CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços mediante apresentação das faturas e seu regular ateste ao setor competente do Fundo Municipal de Saúde de Inhumas/GO.
- V. O pagamento somente se dará após regular certificação da despesa pela Secretaria de Controle Interno do Município, na forma da legislação vigente.
- VI. Em caso de prorrogação do contrato, os valores somente poderão ser reajustados caso



haja aprovação de novos valores vinculados a tabela e mediante a aprovação de Resolução pelo Conselho Municipal de Saúde, nos termos da IN nº 008/2023 do TCM/GO.

- VII. A prorrogação e ou reajuste de valores será formalizada mediante Termo Aditivo, conforme interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- I. As despesas decorrentes dos serviços prestados correrão por conta de dotação orçamentária pertencente ao **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS - FMS**, prevista para o ano de 2024, seguindo critérios de ação, programação orçamentária, elemento de despesa e fonte, abaixo descrito:

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	DESPESA	FICHA	FONTE
Manut. Rede de Atendimento do SUS	06.19-10.302.0210.2.086	3.3.90.39.50	684	137.000

- II. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta de rubricas orçamentárias próprias para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início do exercício financeiro.
- III. As despesas decorrentes da presente licitação, serão custeadas com recursos provenientes da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás (SES/GO), realizadas na modalidade Fundo a Fundo e complementadas com contrapartida municipal (caso necessário), objeto de Emenda Parlamentar de Custeio, Processo nº 202200010002574 e assim dispostos:

Processo nº: 202200010002574 (SES/GO) - Emenda Parlamentar - Custeio

Objeto: Realização de cirurgias eletivas de baixa e média complexidade.

Unidades Assistidas: Hospital Municipal Monsenhor Angelino Fernandes y Fernandes de Inhumas.

Dados de Repasse do Plano de Trabalho:

Valor do Repasse: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Data da O.B.: 27/12/2022

Dados Bancários da Conveniente:

Caixa Econômica Federal – Ag. 1251-3 – Conta 71.295-4 – OP: 006

*** Cumpre esclarecer que embora o Plano de Trabalho e a Emenda Parlamentar preveja um quantitativo e valor a serem executados na totalidade, a administração está realizando o cumprimento da emenda em três processos de**



Chamamento Publico, cujo presente processo é complementar aos Editais 004/2023 e 005/2023.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- I. O presente contrato terá vigência de XX (XXXXXX) meses, contados a partir de XX/XX/XXXX até XX/XX/XXXX.
- II. A vigência poderá ser prorrogada, mediante concordância das partes e interesse público, de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- I. O(A) CONTRATADO(A) não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, salvo autorizado formalmente pela CONTRATANTE.
- II. Havendo contratação entre o(a) CONTRATADO(A) e terceiros, visando à execução de serviços acessórios ao objeto deste CONTRATO, tal contratação não induzirá à CONTRATANTE em solidariedade jurídica, bem como não acarretará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, eventualmente reclamadas, sendo que a delegação ou transferência à terceiros da prestação de serviços ora pactuados, fica condicionada ao prévio conhecimento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- I. São obrigações do CONTRATANTE:
- II. Zelar pela execução integral do contrato, conforme especificações e determinações do contrato, do Edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência;
- III. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- IV. Nomear fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- V. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
- VI. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço na forma do contrato;
- VII. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em



- compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- VIII. Compete a contratante o recebimento, conferência de síntese e das notas fiscais emitidas pela contratada. Solicitar a substituição imediata de qualquer documento que não atenda as exigências e critérios do contrato;
- IX. Preparar os expedientes referentes ao pagamento das notas fiscais;
- X. Fiscalizar as instalações da contratada, equipamentos, espaço físico e qualidade no atendimento prestado pelo quadro de pessoal da contratada, verificando se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato;
- XI. Organizar e regular o fluxo do agendamento e autorização de atendimento dos usuários do SUS/ de Inhumas-GO;
- XII. Facilitar para todos seus meios o exercício das funções da Contratada, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os da Contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato;
- XIII. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, bem como aos seus funcionários, que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- XIV. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços dando prazo para regularização e quando não atendido encaminhar a Coordenação de Regulação, Controle e Avaliação o Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados demonstrando as irregularidades.
- XV. Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.
- XVI. Avaliar mensalmente os serviços a serem executados pela Contratada. Esta avaliação deve ser feita pelo fiscal do Contrato.
- XVII. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato.
- XVIII. Aplicar as sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, em caso de descumprimento dos termos contratuais, conforme verificação e avaliação do gestor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

- I. São obrigações do(a) CONTRATADO(A):
- II. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta a qualidade especificada no Termo de Referência;



- III. Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;
- IV. Facultar à Administração, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados;
- V. Notificar a Contratante, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços ou impedimento deste;
- VI. Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;
- VII. Reparar, corrigir, remover da empresa prestadora qualquer tipo de ato impróprio ao objeto deste contrato no prazo máximo de 48 horas/ 2 (dois dias) após a notificação da SMS, devendo a contratada responder formalmente no mesmo prazo, sobre as medidas tomadas. A não observância poderá acarretar a contratada a suspensão temporária dos serviços, e a reincidência poderá incidir na rescisão contratual;
- VIII. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- IX. Manter sempre a qualidade na prestação do serviço e atendimento prestado aos usuários;
- X. Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;
- XI. Atender os pacientes com dignidade, respeito, de forma universal, igualitário e em observância ao princípio da ética profissional. Sendo vedada qualquer tipo de diferença de atendimento dos demais pacientes;
- XII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada; XII. E de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;
- XIII. Não permitir a participação de funcionários não qualificados no exercício da profissão para executar os serviços contratados;
- XIV. Manter em perfeito estado de limpeza e conservação a empresa prestadora de serviços, bem como as instalações da recepção com acomodações suficientes para os pacientes, preferencialmente com horário agendado;
- XV. Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;
- XVI. Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados na



- realização de cirurgias/serviços seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- XVII. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados decorrentes do cumprimento deste Contrato;
- XVIII. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde de Inhumas - GO, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- XIX. As cirurgias/serviços deverão ser realizados nas dependências da Contratada com toda a sua infraestrutura e tecnologias necessárias para a entrega dos serviços originários da demanda ambulatorial;
- XX. Deverá a Contratada manter as clínicas de consultas com complexidades, a qual envolve a escolha de metodologias, características dos equipamentos - composição tecnológica - disponibilidade de profissionais especializados, que atendam ao tipo e quantidade de cirurgias a serem realizadas, de forma a assegurar a otimização de recursos e a viabilidade econômica do serviço, com cobertura e qualidade adequadas;
- XXI. Contratada, não poderá causar prejuízo ao paciente, no que tange a realização e entrega em tempo hábil das cirurgias solicitadas pelo médico, evitando transtornos na conduta da clínica do paciente;
- XXII. Somente atender as guias de cirurgias emitidas em papel timbrado do SUS, emitidos por Profissional Médico da Secretaria de Saúde de Inhumas, datadas e carimbadas pelo profissional competente, autorizadas pela SMS (Central de Regulação de Consultas e Exames), cujo prazo de validade máximo é de até 30 dias, a contar da data de autorização;
- XXIII. NÃO COBRAR, em hipótese nenhuma, do usuário do SUS por quaisquer serviços ou materiais; Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido;
- XXIV. Fornecer ao paciente ou ao seu responsável, quando solicitado, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado e preencher formulário de referência e contrarreferência se necessário;
- XXV. Prestar esclarecimentos por escrito sempre que solicitados pela Contratante, quando da ocorrência de reclamações;
- XXVI. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, número de telefone, conta bancária, e em quaisquer outros julgados necessários para o correto contato ou recebimento de correspondências;



- XXVII. Dar imediata ciência à Contratante de qualquer anormalidade ocorrida em qualquer fase das cirurgias, de modo particular daquelas que envolvam direta ou indiretamente a qualidade e segurança do atendimento ao paciente;
- XXVIII. Facilitar a realização de auditoria municipal das cirurgias sempre que solicitado pela contratante;
- XXIX. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- XXX. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- I. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o CONTRATANTE aplicará ao(a) CONTRADADO(A), garantida prévia defesa e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação vigente, as seguintes sanções:
- Advertência, que será aplicada por meio de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do contratado estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que este apresente justificativas;
 - Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto, de até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, ou de até 20% (vinte por cento), em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, conforme previsão constante na Lei Federal nº 14.133, de 2021; Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
 - Para imposição de quaisquer das sanções acima, fica garantido o direito prévio da ampla defesa e do contraditório no devido processo legal, por meio de citação ao(a) CONTRATADO(A).
 - Independentemente das sanções retro o(a) CONTRATADO(A) ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração, decorrentes de sua



inadimplência e/ou mora na execução deste Contrato;

- O valor das multas aplicadas a título de punição será descontado dos pagamentos eventualmente ao(a) CONTRATADO(A) pelo CONTRATANTE ou ainda, cobrado diretamente do(a) CONTRATADO(A), amigável ou judicialmente;
- A CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor, de eventuais créditos a favor do(a) CONTRATADO(A), independentemente de notificação judicial ou extrajudicial. 9.6. Os atos praticados pelo(a) CONTRATADO(A), na execução deste contrato, que constituem ilícito ético profissional, deverão ser comunicados pela CONTRATANTE a respectiva Entidade de Classe a que seja vinculado o(a) CONTRATADO(A) para devidas providências.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- II. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III. Na hipótese previstas na IN 009/2023 do TCMGO.
- IV. Na hipótese de o CONTRATADO(A) apresentar interesse em rescindir o presente contrato, este deverá se manifestar, por escrito junto à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mantendo integralmente a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

- I. Qualquer alteração deste Contrato só poderá ser efetuada mediante Termo Aditivo;
- II. O(A) CONTRATADO(A) fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços, objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima deste percentual poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. Fica reservado à Secretaria Municipal de Saúde o direito de cancelar, no todo ou em parte, aditar, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Termo, sem direito aos interessados no credenciamento, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;
- II. O pagamento de verbas alheias aos serviços prestados, poderá haver a responsabilização dos gestores pela realização de despesas indevidas e a obrigação de ressarcir o erário na extensão do prejuízo;



- III. A aceitação das condições constantes neste contrato será formalizada com a respectiva assinatura e publicação do seu extrato no meio de divulgação legal;
- IV. Em casos de dúvidas de como proceder, o(a) CONTRATADO(A) deverá sempre recorrer ao Fundo Municipal de Saúde de Inhumas, a fim de obter esclarecimentos pertinentes e suficientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

- I. Fica eleito o Foro da Comarca de Inhumas/GO para dirimir quaisquer dúvidas ou questões suscitadas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- II. E, por estar assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Inhumas, _____ de _____ de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADO (A)

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF N.º _____

CPF N.º _____